



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo principal estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A disponibilização de materiais de consumo para atender à demanda da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG e de suas Secretarias Municipais constitui medida administrativa de elevada relevância para a manutenção da estrutura pública e para o regular funcionamento dos serviços prestados à população. Tais materiais correspondem a insumos indispensáveis ao desenvolvimento das atividades cotidianas da Administração Pública, sendo utilizados de forma contínua nos diversos setores municipais, unidades administrativas, repartições públicas, escolas, unidades de saúde, centros de atendimento social, departamentos técnicos e demais equipamentos públicos vinculados ao Município. Trata-se de recursos essenciais que viabilizam desde rotinas internas de expediente até a execução direta de políticas públicas voltadas ao interesse coletivo.

A Administração Municipal, para cumprir adequadamente suas competências legais e constitucionais, depende não apenas de recursos humanos qualificados e estrutura física adequada, mas também da disponibilidade permanente de materiais necessários ao suporte operacional de suas atividades. O funcionamento eficiente da máquina pública exige organização administrativa, continuidade dos fluxos internos, atendimento célere ao cidadão e capacidade de resposta às demandas sociais, fatores diretamente relacionados à existência de insumos básicos em quantidade suficiente e qualidade adequada. Assim, a ausência ou insuficiência de materiais de consumo pode comprometer significativamente a produtividade dos setores públicos, gerar atrasos em procedimentos administrativos, dificultar o atendimento ao público e prejudicar a execução de serviços essenciais.

Sob o enfoque jurídico e normativo, a necessidade de garantir tais materiais encontra respaldo nos princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, os quais orientam toda atuação administrativa. Também se harmoniza com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, que institui normas gerais de licitações e contratos administrativos e reforça o dever de planejamento das contratações públicas, da busca pela proposta mais vantajosa, da gestão eficiente dos recursos públicos e da mitigação de riscos relacionados à descontinuidade dos serviços. Nesse sentido, assegurar o abastecimento adequado de materiais de consumo representa providência compatível com a moderna governança pública e com a obrigação do gestor de atuar preventivamente.

Importa destacar que o Município exerce papel central na vida cotidiana da população, sendo responsável por serviços públicos permanentes e indispensáveis, como saúde básica, educação infantil e fundamental, assistência social, manutenção urbana, apoio ao produtor rural, desenvolvimento cultural, incentivo ao esporte, preservação ambiental, arrecadação tributária, fiscalização e administração geral. Para que todas essas atividades ocorram com regularidade, faz-se necessária a existência de estrutura administrativa funcional, organizada e devidamente suprida de materiais essenciais. Mesmo itens considerados simples ou rotineiros possuem papel estratégico, pois sua falta pode gerar reflexos diretos na qualidade do serviço prestado ao cidadão.

A Secretaria Municipal de Administração, por exemplo, depende desses insumos para garantir o funcionamento dos setores de protocolo, recursos humanos, compras públicas, licitações, contratos, contabilidade, tesouraria, arrecadação, patrimônio e atendimento ao público, assegurando a tramitação regular de processos e documentos oficiais. Na Secretaria Municipal de Saúde, a disponibilidade de materiais de consumo é indispensável ao funcionamento das unidades de saúde, à organização de prontuários, ao suporte administrativo, às campanhas preventivas, ao atendimento da população e à execução de ações de vigilância e promoção da saúde coletiva. No âmbito da Secretaria Municipal de Educação, tais materiais são fundamentais para o suporte às escolas, creches, transporte escolar, atividades pedagógicas e rotinas administrativas, contribuindo para um ambiente escolar organizado e apto ao desenvolvimento do ensino. Na Secretaria Municipal de Assistência Social, possibilitam a execução de programas sociais, cadastros, atendimentos técnicos, acolhimento de famílias em situação de vulnerabilidade e demais ações de proteção social. Já na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, oferecem suporte administrativo e operacional para o planejamento e acompanhamento de ações de infraestrutura, limpeza urbana, manutenção de vias públicas e serviços correlatos.

Da mesma forma, as Secretarias de Agricultura, Cultura, Esportes, Turismo, Meio Ambiente e demais áreas governamentais necessitam continuamente desses materiais para a execução de programas, projetos, eventos, ações técnicas e atividades administrativas próprias de cada setor. Em todos os casos, verifica-se que os materiais de consumo não representam mera despesa acessória, mas sim elementos estruturantes da capacidade operacional do Município, permitindo que as Secretarias desempenhem suas funções com eficiência e regularidade.

A ausência ou insuficiência desses insumos compromete diretamente a eficiência da máquina pública, ocasionando atrasos em procedimentos internos, dificuldade de atendimento ao cidadão, interrupção de rotinas administrativas, redução da



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

produtividade dos servidores e prejuízos à execução de políticas públicas essenciais. A gestão pública moderna exige organização, previsibilidade e planejamento contínuo, sendo dever da Administração adotar medidas preventivas que assegurem a disponibilidade dos recursos materiais necessários ao desempenho institucional. Dessa forma, o abastecimento adequado de materiais de consumo evita improvisações, minimiza riscos operacionais e reduz a necessidade de aquisições emergenciais, geralmente menos vantajosas ao interesse público.

Sob a ótica do interesse coletivo, a necessidade a ser atendida consiste em garantir suporte permanente ao funcionamento das Secretarias Municipais, permitindo que cada órgão exerça plenamente suas atribuições legais. O Município necessita manter sua estrutura administrativa apta a responder com eficiência às demandas da sociedade, desde a emissão de documentos e organização interna até a prestação de serviços nas áreas de saúde, educação, assistência social, obras públicas e desenvolvimento local. Os materiais de consumo, embora muitas vezes discretos em sua natureza, representam elementos estratégicos para o desempenho diário da Administração e para a concretização das políticas públicas municipais.

Além disso, a disponibilização planejada desses materiais contribui para a racionalização dos recursos públicos, pois permite melhor controle de estoque, padronização de itens, programação de reposições e acompanhamento do consumo por unidade administrativa. Tal medida fortalece a governança pública, amplia a transparência, facilita a fiscalização e reduz desperdícios, em consonância com os princípios da responsabilidade fiscal e da boa gestão administrativa. Também favorece melhores condições de trabalho aos servidores municipais, proporcionando ambiente funcional mais estruturado e eficiente.

Os impactos positivos esperados são amplos e significativos, destacando-se a continuidade regular dos serviços públicos, maior agilidade nos atendimentos prestados à população, fortalecimento da capacidade operacional das Secretarias Municipais, melhoria da organização interna dos setores públicos, aumento da produtividade administrativa e redução de paralisações decorrentes da falta de insumos básicos. Espera-se ainda maior eficiência no uso dos recursos financeiros, com diminuição de compras urgentes e melhor planejamento das despesas públicas. Como consequência direta, a população será beneficiada com serviços mais céleres, organizados e eficazes, reforçando a confiança na Administração Municipal.

Diante disso, evidencia-se que a disponibilização de materiais de consumo para a Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG e suas Secretarias Municipais atende necessidade permanente e relevante do ponto de vista do interesse público, por assegurar a sustentação material indispensável ao funcionamento da estrutura administrativa, à continuidade dos serviços essenciais e à promoção de uma gestão pública eficiente, planejada e comprometida com o bem-estar coletivo.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O objeto da contratação não está previsto no Plano Anual de Contratações (PAC), pois não foi elaborado o planejamento de compras para o ano de 2026.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Sustentabilidade

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade adequadas ao objeto, devendo ser observadas, ainda, o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que for aplicável.

3.2 Indicação de marcas ou modelos

Não haverá indicação de marcas ou modelos.

3.3 Da exigência de amostra

Não será exigida amostra.

3.4 Da exigência de carta de solidariedade

Não será exigida carta de solidariedade.

3.5 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.6 Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7 Da participação na licitação

Não poderão disputar esta licitação:

- I. aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s);



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

II. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

III. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

IV. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

V. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VI. agente público do órgão ou entidade licitante;

VII. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição¹; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 14133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);

VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

IX. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

O impedimento de que trata o item II será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades constantes na tabela abaixo foi elaborada com base no histórico de consumo apurado na licitação anterior destinada ao fornecimento de materiais de consumo, realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (Pregão Eletrônico nº 014/2025 – Processo Licitatório nº 027/2025), considerando-se a análise comparativa entre os quantitativos inicialmente estimados e aqueles efetivamente utilizados durante a vigência da respectiva ata de registro de preços.

Para a definição dos quantitativos atualmente previstos, foram promovidos os seguintes ajustes técnicos e administrativos:

- Acréscimo nos itens cujo consumo superou a previsão inicial;
- Redução nos itens cuja utilização ficou abaixo do quantitativo anteriormente estimado;

¹ NE - Justificativa para Vedação de Consórcio: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

• Manutenção das quantidades nos casos em que o consumo ocorreu de forma equilibrada em relação à previsão inicial, demonstrando compatibilidade entre estimativa e utilização efetiva.

O levantamento foi realizado pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal, com base nas requisições formais encaminhadas pelas diversas Secretarias Municipais, contemplando as necessidades dos setores administrativos, unidades de saúde, estabelecimentos de ensino, serviços operacionais e demais órgãos vinculados à Administração Pública Municipal.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
001	AVENTAL - MATERIA-PRIMA: PVC, MODELO: FORRADO, COM ALCAS, TAMANHO: G (GRANDE), COR: BRANCA.	UN	100
002	AVENTAL - MATERIA-PRIMA: PVC, MODELO: FORRADO, COM ALCAS, TAMANHO: GG, COR: BRANCA.	UN	100
003	AVENTAL - MATERIA-PRIMA: PVC, MODELO: FORRADO, COM ALCAS, TAMANHO: M (MEDIO), COR: BRANCA.	UN	100
004	BANDEJA - MATERIA-PRIMA: ISOPOR, FORMATO: RETANGULAR, DIMENSOES: 20CM X 15CM, QUANTIDADE DE BANDEJA POR PACOTE: 100 UNIDADES.	PC	500
005	BOTINA MASCULINA . MATERIA PRIMA COURO . SOLADO DE BORRACHA. COLADO E COSTURADO. TIPO SEM BIQUEIRA DE ACO. COM ELASTICO NAS LATERAIS. TAMANHO DIVERSOS.	UN	300
006	COADOR - MATERIA-PRIMA: FLANELA DE ALGODAO, NUMERO/TAMANHO: 18 CM DIAMETRO, ARO: COM ARO EM METAL, CABO: CABO MADEIRA.	UN	50
007	COADOR - MATERIA-PRIMA: FLANELA DE ALGODAO, NUMERO/TAMANHO: GRANDE 24CM, COMPORTANDO APROX. 1,8 LITROS LIQUIDO, ARO: COM TAMANHO APROXIM. DE 16CM DIAMETRO, CABO: MADEIRA.	UN	80
008	COADOR - MATERIA-PRIMA: PAPEL NA COR BRANCA, NUMERO/TAMANHO: 103, ARO: ., CABO: .30 UNIDADES EM CADA PACOTE.	PC	300
009	COLHERES - TIPO: ARROZ, MATERIA-PRIMA: ACO INOX AISI 304 ALTO BRILHO, INCLUSIVE CABO.	UN	100
010	COLHERES - TIPO: SOPA, MATERIA-PRIMA: ACO INOX.	UN	200
011	COLHERES - TIPO: SOPA, MATERIA-PRIMA: MATERIAL ATOXICO, DESCARTAVEL. QUANTIDADE DE COLHERES POR PACOTE: 50 UNIDADES.	PC	1.000
012	COPO - MATERIA-PRIMA: VIDRO, TIPO: LISO, CAPACIDADE: 200ML.	UN	300
013	COPO DECATAVEL - MATERIA PRIMA PLASTICO - CAPACIDADE VOLUMETRICO: 200 ML, MASSA MINIMA: 2,20 GRAMAS, RESISTENCIA MINIMA: 0,85 N, TIPO: SEM TAMPA. QUANTIDADE POR PACOTE: 100 UNIDADES.	PC	5.000
014	COPO DESCARTAVEL - MATERIA-PRIMA: PLASTICO, CAPACIDADE VOLUMETRICA: 100ML, MASSA MINIMA: 0,75 GRAMA, RESISTENCIA MINIMA: 0,85N, TIPO: SEM TAMPA. QUANTIDADE POR PACOTE: 100 UNIDADES.	PC	5.000
015	COPO DESCARTAVEL - MATERIA-PRIMA: PLASTICO, CAPACIDADE VOLUMETRICA: 50ML, MASSA MINIMA: 0,75 GRAMAS, RESISTENCIA MINIMA: 1,63N, TIPO: SEM TAMPA. QUANTIDADE POR PACOTE: 100 UNIDADES.	PC	2.500
016	ESCOVA PARA LAVAR ROUPA, COMPOSIÇÃO: MADEIRA E CERDAS EM NYLON.	UN	100
017	FACA - TIPO: CORTE, MATERIA-PRIMA: ACO INOX, MEDIDAS: 6 POLEGADAS (10CM), LAMINA: LISA, CABO: POLIPROPILENO.	UN	50
018	FACA - TIPO: MESA, MATERIA-PRIMA: ACO INOX, MEDIDAS: 18CM, LAMINA: SERRILHADA COM PONTA ARREDONDADA, CABO: ACO INOX.	UN	50
019	FACA DE COZINHA - MATERIA-PRIMA: ACO CARBONO, MEDIDAS: 20 CM, LAMINA: LISA, CABO: MADEIRA.	UN	45
020	FOSFORO - PACOTE COM 10 CAIXAS, COM 40 PALITOS CADA CAIXA.	PC	400
021	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO EG,	PC	200



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

	HIPOALERGÊNICA, PACOTE COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES.		
022	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO G, HIPOALERGÊNICA, PACOTE COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES.	PC	200
023	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO GG, HIPOALERGÊNICA, PACOTE COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES.	PC	200
024	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO M, HIPOALERGÊNICA, PACOTE COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES.	PC	200
025	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO P, HIPOALERGÊNICA, PACOTE COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES.	PC	200
026	FRALDA INFANTIL TAMANHO M. COM FORMATO ANATÔMICO, FORRO ULTRA MACIO, ANTIALÉRGICA, CAMADA DE GEL COM ALTA ABSORÇÃO, FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS. CARACTERÍSTICAS: COM GEL ABSORVENTE, ALTAS BARREIRAS, CAMADA INTERNA DE NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO COM EXTRATO DE ALO E VERA PARA MAIOR CUIDADO COM A PELE, HIPOALERGÊNICA. DESIGNE DO NÚCLEO COM FORMATO ANATÔMICO. PACOTE COM NO MÍNIMO 42 UNIDADES.	PC	150
027	FRALDA INFANTIL. TAMANHO EG. COM FORMATO ANATÔMICO, FORRO ULTRA MACIO, ANTIALÉRGICA, CAMADA DE GEL COM ALTA ABSORÇÃO, FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS. CARACTERÍSTICAS: COM GEL ABSORVENTE, ALTAS BARREIRAS, CAMADA INTERNA DE NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO COM EXTRATO DE ALO E VERA PARA MAIOR CUIDADO COM A PELE, HIPOALERGÊNICA. DESIGNE DO NÚCLEO COM FORMATO ANATÔMICO. PACOTE COM NO MÍNIMO 42 UNIDADES.	PC	150
028	FRALDA INFANTIL. TAMANHO G. COM FORMATO ANATÔMICO, FORRO ULTRA MACIO, ANTIALÉRGICA, CAMADA DE GEL COM ALTA ABSORÇÃO, FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS. CARACTERÍSTICAS: COM GEL ABSORVENTE, ALTAS BARREIRAS, CAMADA INTERNA DE NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO COM EXTRATO DE ALO E VERA PARA MAIOR CUIDADO COM A PELE, HIPOALERGÊNICA. DESIGNE DO NÚCLEO COM FORMATO ANATÔMICO. PACOTE COM NO MÍNIMO 42 UNIDADES.	PC	150
029	FRALDA INFANTIL. TAMANHO GG. COM FORMATO ANATÔMICO, FORRO ULTRA MACIO, ANTIALÉRGICA, CAMADA DE GEL COM ALTA ABSORÇÃO, FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS. CARACTERÍSTICAS: COM GEL ABSORVENTE, ALTAS BARREIRAS, CAMADA INTERNA DE NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO COM EXTRATO DE ALO E VERA PARA MAIOR CUIDADO COM A PELE, HIPOALERGÊNICA. DESIGNE DO NÚCLEO COM FORMATO ANATÔMICO. PACOTE COM NO MÍNIMO 42 UNIDADES.	PC	150
030	FRALDA INFANTIL. TAMANHO P. COM FORMATO ANATÔMICO, FORRO ULTRA MACIO, ANTIALÉRGICA, CAMADA DE GEL COM ALTA ABSORÇÃO, FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS. CARACTERÍSTICAS: COM GEL ABSORVENTE, ALTAS BARREIRAS, CAMADA INTERNA DE NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO COM EXTRATO DE ALO E VERA PARA MAIOR CUIDADO COM A PELE, HIPOALERGÊNICA. DESIGNE DO NÚCLEO COM FORMATO ANATÔMICO. PACOTE COM NO MÍNIMO 42 UNIDADES.	PC	150
031	GARFO - TIPO: MESA, MATERIA-PRIMA: MATERIAL ATOXICO, DESCARTAVEL. QUANTIDADE DE GARFOS POR PACOTE: 50 UNIDADES.	PC	500
032	GARRAFA TERMICA - MATERIA-PRIMA: PLASTICO RESISTENTE NA COR PRETA, CAPACIDADE DA AMPOLA: CAPACIDADE DE 2 LITROS, FECHAMENTO: PRESSAO, ALCA: COM ALCA.	UN	25
033	GUARDANAPO - MATERIA-PRIMA: PAPEL ABSORVENTE EM FOLHA SIMPLES 100% CELULOSE, DIMENSOES: 14CM X 14CM. QUANTIDADE POR PACOTE: 50 UNIDADES.	PC	300
034	ISQUEIRO - MATERIA PRIMA: PLASTICO, COMBUSTAO: A GAS.	UN	200
035	LIXEIRA INDIVIDUAL - TIPO: COLETA DE LIXO COMUM, MATERIAL: POLIETILENO, CAPACIDADE: 25 LITROS, FORMATO: FORMATO RETANGULAR, COR: BRANCA, TAMPA: COM TAMPA, PEDAL: COM PEDAL, ALCA: SEM ALCA, RODAS: SEM RODAS.	UN	10



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

036	LIXEIRA INDIVIDUAL - TIPO: COLETA DE RESIDUO COMUM, MATERIAL: PLASTICO RIGIDO, RESISTENTE, CAPACIDADE: 10 LITROS, FORMATO: CILINDRICO, COR: CINZA, TAMPA: COM TAMPA, PEDAL: COM PEDAL, ALCA: SEM ALCA, RODAS: SEM RODAS.	UN	50
037	LIXEIRA INDIVIDUAL - TIPO: RESIDUO COMUM, MATERIAL: PLASTICO RESISTENTE, CAPACIDADE: 10 LITROS, FORMATO: CILINDRICO, TELADA, COR: NEUTRA, TAMPA: SEM TAMPA, PEDAL: SEM PEDAL, ALCA: SEM ALCA, RODAS: SEM RODAS.	UN	45
038	LIXEIRA INDIVIDUAL - TIPO: RESIDUOS COMUNS, MATERIAL: PLASTICO RESISTENTE, CAPACIDADE: 15 LITROS, FORMATO: CILINDRICO, COR: AZUL, TAMPA: SEM TAMPA, PEDAL: SEM PEDAL, ALCA: SEM ALCA, RODAS: SEM RODA.	UN	55
039	MARMITEX MATERIA PRIMA ISOPOR FORMATO REDONDA CAPACIDADE 750ML COM TAPA QUANTIDADE POR PACOTE 100 UNIDADES.	PC	500
040	PA PARA LIXO USO DOMESTICO - MATERIA PRIMA DA PA: PLASTICO RESISTENTE, MATERIA PRIMA DO CABO: PLASTICO RESISTENTE.	UN	100
041	PILHA - TIPO: NAO-RECARREGAVEL, ALCALINA, TAMANHO: AA(PEQUENA), TENSÃO: 1,5 VOLTS, CAPACIDADE: NAO SE APLICA, VIDA UTIL: NAO SE APLICA.	UN	100
042	PILHA - TIPO: NAO-RECARREGAVEL, ALCALINA, TAMANHO: GRANDE, TENSÃO: 1,5 VOLTS, CAPACIDADE: NAO SE APLICA, VIDA UTIL: NAO SE APLICA.	UN	250
043	PILHA - TIPO: NAO-RECARREGAVEL, ALCALINA, TAMANHO: MEDIA, TENSÃO: 1,5 VOLTS, CAPACIDADE: NAO SE APLICA, VIDA UTIL: NAO SE APLICA.	UN	450
044	PILHA - TIPO: RECARREGAVEL, NI-MH, TAMANHO: PALITO(AAA), TENSÃO: 1,2 VOLTS, CAPACIDADE: NO MINIMO 2600 MAH, VIDA UTIL: 1000 RECARGAS.	UN	380
045	PRATO - AVULSO - MATERIA-PRIMA: ACRILICO, TIPO: FUNDO, FORMATO: CIRCULAR, COR: BRANCA, COM ESTAMPA NA BORDA.	UN	100
046	PRATO DESCARTAVEL - MATERIA-PRIMA: POLIESTIRENO ATOXICO, DIMENSOES: 15CM DE DIAMETRO, COR: BRANCA.	UN	3.000

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado realizado para atendimento da necessidade relacionada ao fornecimento de materiais de consumo destinados à Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG e suas Secretarias Municipais evidencia que se trata de bens amplamente comercializados no mercado, com diversidade de fornecedores em âmbito local, regional e nacional, circunstância que favorece a competitividade e amplia as possibilidades de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Sob a ótica do interesse público, a importância da contratação decorre do fato de que os materiais de consumo representam suporte básico e essencial à continuidade dos serviços públicos. O regular funcionamento das Secretarias Municipais depende da disponibilidade desses insumos para execução de atividades administrativas, operacionais e de atendimento à população. A inexistência ou insuficiência desses materiais compromete rotinas internas, gera atrasos em processos administrativos, dificulta a organização dos setores públicos, reduz a produtividade dos servidores e pode impactar diretamente a prestação de serviços nas áreas de saúde, educação, assistência social, obras, agricultura e administração em geral. Dessa forma, o levantamento de mercado confirma que a contratação não se trata de conveniência administrativa, mas de medida necessária à manutenção da capacidade operacional do Município. Tais materiais compreendem itens de uso contínuo e rotineiro, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos públicos municipais, sendo disponibilizados por empresas especializadas nos segmentos de papelaria, limpeza, higiene, copa e cozinha, expediente, utilidades e demais ramos correlatos.

Conforme pesquisa de mercado, os produtos pretendidos são oferecidos por ampla gama de fornecedores por meio de compra, mediante contratação.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, mediante especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. Trata-se de produtos padronizados, de fornecimento habitual e com características amplamente conhecidas no mercado fornecedor, não demandando soluções técnicas complexas ou personalizadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Essa condição permite à Administração estabelecer critérios objetivos de julgamento e selecionar a proposta mais vantajosa com observância aos princípios da isonomia, competitividade, economicidade e eficiência.

A Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 6º, inciso XLI, define o Pregão como a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto. Ainda, o art. 6º, inciso XLV, conceitua o Sistema de Registro de Preços – SRP como o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e à aquisição e locação de bens para contratações futuras. Dessa forma, considerando a natureza dos materiais pretendidos, conclui-se que a modalidade adequada para o caso concreto é o Pregão Eletrônico, instrumento que assegura maior transparência, ampla disputa entre licitantes, celeridade processual e ampliação da competitividade.

A partir dessa definição normativa, o levantamento de mercado aponta duas soluções juridicamente possíveis e administrativamente aplicáveis para o fornecimento dos materiais de consumo.

A primeira alternativa consiste na realização de Pregão Eletrônico Tradicional, com aquisição imediata e entrega única dos quantitativos previamente estimados. Essa solução permite a contratação célere, favorece a disputa pelo menor preço e possibilita o atendimento de necessidades previamente delimitadas em planejamento inicial. Contudo, para materiais de consumo utilizados de forma contínua e variável pelas Secretarias Municipais, tal modelo apresenta limitações relevantes. A aquisição em entrega única exigiria capacidade de armazenamento físico adequada, controle permanente de estoque e risco de perdas por deterioração, extravio ou consumo inferior ao previsto. Além disso, diante da recorrência da demanda, seriam necessários novos procedimentos licitatórios em curto espaço de tempo, elevando custos administrativos, carga operacional dos setores competentes e tempo dedicado a processos repetitivos. Considerando que a Prefeitura ainda não dispõe de espaço suficiente para estocagem ampla desses materiais e que o consumo ocorre de forma contínua e variável, esta solução não se mostra a mais viável ao interesse público.

A segunda alternativa consiste na realização de Pregão Eletrônico por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP. Essa sistemática mostra-se especialmente adequada para aquisições recorrentes e demandas cujo quantitativo exato não pode ser previsto integralmente com antecedência. Por meio do SRP, os preços ficam registrados em ata pelo período legalmente estabelecido, permitindo que as contratações ocorram de forma parcelada, conforme a necessidade efetiva da Administração ao longo da vigência do instrumento. Tal solução proporciona maior flexibilidade gerencial, evita formação de estoques excessivos, reduz desperdícios, racionaliza espaços físicos e permite melhor compatibilização entre consumo real e aquisição realizada.

O levantamento de mercado demonstra que há ampla oferta de fornecedores aptos a atender fornecimentos parcelados e entregas programadas, o que reforça a plena viabilidade operacional do SRP. Ademais, a competição entre licitantes no Pregão Eletrônico tende a produzir preços compatíveis com os valores praticados no mercado, garantindo economicidade e vantajosidade. O sistema ainda reduz a necessidade de abertura frequente de novos certames para itens de consumo repetitivo, otimizando a atuação administrativa e liberando recursos humanos para outras demandas estratégicas da gestão municipal. Outro ponto favorável ao SRP reside na possibilidade de absorver oscilações naturais de consumo entre as diversas Secretarias Municipais. Setores como saúde, educação, assistência social, obras e administração apresentam demandas variáveis ao longo do exercício, influenciadas por calendário escolar, campanhas públicas, aumento de atendimentos, eventos institucionais, manutenções e outras situações supervenientes. O Registro de Preços permite que a Administração responda a essas variações com maior agilidade, sem comprometer a legalidade ou depender de sucessivos processos licitatórios.

Sob o aspecto do interesse público, a solução via SRP contribui para a continuidade dos serviços públicos, melhora o planejamento das compras governamentais, fortalece o controle de estoque, reduz riscos de desabastecimento e amplia a eficiência da gestão de suprimentos. Também favorece a responsabilidade fiscal, uma vez que as aquisições podem ser realizadas conforme disponibilidade orçamentária e necessidade real, evitando imobilização desnecessária de recursos públicos em grandes estoques.

Diante do exposto, o levantamento de mercado conclui que, embora existam duas soluções juridicamente possíveis para a aquisição dos materiais de consumo, a alternativa mais viável, eficiente e compatível com as necessidades da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG e de suas Secretarias Municipais é a realização de Pregão Eletrônico por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, por reunir maior economicidade, flexibilidade operacional, racionalização administrativa e segurança no abastecimento contínuo dos setores públicos municipais.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O preço total estimado máximo da contratação é de R\$ 238.328,45 (duzentos e trinta e oito mil, trezentos e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos). Este valor estimado da contratação foi obtido mediante Pesquisa de Preços realizada pelo servidor Tiago Alves Canedo, matrícula nº 1232, designado pela Portaria nº 01/2026.

7- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

A disponibilização regular e contínua de materiais de consumo permitirá a manutenção das condições adequadas de funcionamento, organização e suporte operacional nos diversos órgãos públicos municipais, assegurando o pleno desenvolvimento das atividades administrativas, técnicas e institucionais da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG e de suas Secretarias Municipais. Tais insumos compreendem itens indispensáveis à rotina da Administração Pública, utilizados diariamente nos setores internos, unidades de atendimento, repartições públicas, escolas, unidades de saúde, departamentos operacionais e demais espaços públicos, sendo essenciais para a execução eficiente dos serviços colocados à disposição da população. Nesse contexto, a solução proposta visa garantir a continuidade das atividades governamentais, o adequado atendimento ao cidadão, a organização dos ambientes públicos, a melhoria das condições de trabalho dos servidores e a eficiência na gestão administrativa. A utilização adequada desses materiais impacta positivamente todos os setores da Administração, promovendo maior produtividade, agilidade nos processos internos, conservação dos bens públicos e melhores condições de prestação dos serviços municipais.

Diante desse cenário, a solução mais vantajosa para o município de Abadia dos Dourados/MG consiste na aquisição dos materiais de consumo por meio de procedimento licitatório, utilizando o Sistema de Registro de Preços – SRP, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por item, considerando a natureza comum dos bens, a ampla disponibilidade no mercado e a necessidade de fornecimento contínuo, parcelado e conforme demanda.

Os materiais deverão ser fornecidos de forma gradual, de acordo com as necessidades das diversas Secretarias Municipais, mediante emissão de ordens de fornecimento pelos setores requisitantes, o que garantirá maior flexibilidade administrativa, melhor controle de estoque e adequação às oscilações de consumo entre os diferentes órgãos da Administração. Essa sistemática permite evitar aquisições excessivas, prevenir faltas de materiais essenciais, reduzir desperdícios e assegurar o uso racional dos recursos públicos.

A descrição da solução contempla todas as etapas do ciclo do objeto, desde o planejamento inicial até a utilização final dos materiais, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021.

Inicialmente, o processo será precedido de planejamento técnico e administrativo, com levantamento da demanda histórica de consumo, análise das necessidades específicas de cada Secretaria Municipal, identificação dos materiais mais utilizados, definição de quantitativos estimados, elaboração de especificações técnicas adequadas e realização de pesquisa de preços de mercado. Essa etapa permitirá que a contratação reflita a real necessidade da Administração, evitando excessos ou insuficiências no fornecimento.

Na fase de seleção do fornecedor, será realizado procedimento licitatório eletrônico, assegurando ampla competitividade, transparência, isonomia entre os participantes e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. O Sistema de Registro de Preços possibilitará a formalização de ata com fornecedores habilitados e preços registrados, garantindo maior agilidade nas futuras aquisições, simplificação dos procedimentos de compra e previsibilidade na gestão orçamentária municipal.

Na etapa de execução contratual, o fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda efetiva do Município, observando os prazos, quantidades e condições previamente estabelecidos no edital e na ata de registro de preços. A contratada deverá atender rigorosamente às especificações técnicas exigidas, padrões mínimos de qualidade, condições adequadas de transporte e entrega, assegurando a integridade e a utilidade dos materiais fornecidos.

O acompanhamento e a fiscalização contratual serão realizados por servidores formalmente designados, que verificarão a conformidade dos produtos entregues, o cumprimento dos prazos, a qualidade dos materiais e a observância das exigências contratuais. Essa etapa é essencial para garantir a boa execução do ajuste, prevenir falhas no abastecimento e assegurar a correta aplicação dos recursos públicos.

Outro aspecto relevante refere-se à gestão interna dos materiais adquiridos, envolvendo controle de estoque, armazenamento adequado, distribuição entre os diversos setores da Prefeitura e acompanhamento periódico do consumo. A adoção de práticas eficientes de gestão de almoxarifado permitirá reposições programadas, melhor aproveitamento dos insumos, identificação de necessidades futuras e prevenção de desabastecimentos que possam comprometer os serviços públicos.

Ao final do ciclo, espera-se que a solução contribua significativamente para a melhoria da organização administrativa, continuidade regular dos serviços públicos, aumento da eficiência operacional, valorização do ambiente de trabalho, otimização dos recursos públicos, conservação do patrimônio municipal e elevação da qualidade dos serviços prestados à população.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A presente aquisição será realizada com critério de julgamento por item, bem como com fornecimento parcelado, em razão das características do objeto, da natureza continuada da demanda administrativa e da necessidade de observância aos princípios da economicidade, eficiência, competitividade e vantajosidade para a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Os materiais de consumo pretendidos possuem natureza divisível, sendo compostos por diversos itens independentes entre si, com especificações, finalidades, unidades de fornecimento e demandas distintas. Dessa forma, a adoção do parcelamento por item mostra-se tecnicamente recomendável e juridicamente adequada, uma vez que permite a adjudicação separada dos produtos, ampliando o universo de licitantes aptos a participar do certame. Tal sistemática favorece a competitividade, possibilita a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e fornecedores especializados em segmentos específicos, além de estimular a disputa de preços de forma individualizada, aumentando a probabilidade de obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

A contratação em lote único, ao contrário, poderia restringir indevidamente a concorrência, uma vez que exigiria do fornecedor capacidade de atender simultaneamente a grande variedade de itens, circunstância que reduziria o número de participantes e poderia elevar os preços ofertados. Assim, o parcelamento por item atende ao entendimento consolidado dos órgãos de controle no sentido de que, sempre que técnica e economicamente viável, deve-se priorizar a divisão do objeto para ampliar a competitividade e assegurar melhores resultados à gestão pública.

Além da divisão do objeto por item, o fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG e de suas Secretarias Municipais. Essa medida decorre do fato de que o consumo dos materiais ocorre de maneira contínua, variável e descentralizada entre os diversos setores da Administração, não sendo possível prever com absoluta exatidão o quantitativo a ser utilizado por cada unidade ao longo da vigência contratual. O fornecimento sob demanda permite maior flexibilidade gerencial, reposição conforme consumo real e adequação às oscilações naturais das atividades administrativas.

O parcelamento das entregas também evita a formação de estoques excessivos, reduz riscos de perdas, extravios, deterioração ou obsolescência dos materiais e minimiza a necessidade de espaços físicos amplos para armazenamento. Considerando que muitos itens são de uso diário e rotineiro, a aquisição gradual conforme necessidade revela-se solução mais racional e compatível com a realidade operacional do Município.

No tocante ao pedido mínimo, estabelece-se o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por solicitação, medida que visa assegurar equilíbrio contratual, viabilidade logística e eficiência administrativa na execução do fornecimento. A fixação desse valor mínimo encontra respaldo na necessidade de compatibilizar o interesse público com a sustentabilidade operacional da contratação, evitando requisições excessivamente fragmentadas e antieconômicas.

A estipulação do pedido mínimo justifica-se pelos seguintes fundamentos:

1. Redução de Custos Operacionais e Administrativos: Solicitações de valores muito reduzidos geram custos desproporcionais tanto para a Administração quanto para a empresa contratada, envolvendo emissão de pedidos, separação de mercadorias, faturamento, emissão de nota fiscal, conferência, transporte, recebimento e registro patrimonial ou de estoque. Ao concentrar as requisições em pedidos mínimos economicamente razoáveis, reduz-se a repetição de procedimentos burocráticos e aumenta-se a eficiência operacional.

2. Eficiência Logística e Racionalização das Entregas: Pedidos de pequeno valor tendem a elevar custos de transporte e dificultar o planejamento logístico do fornecedor, podendo impactar prazos e regularidade do abastecimento. O valor mínimo de pedido permite consolidar entregas em quantidades mais adequadas, tornando o fornecimento mais eficiente e sustentável, sem prejuízo ao atendimento das necessidades administrativas.

3. Melhor Planejamento de Consumo e Controle de Estoques: A exigência de valor mínimo incentiva os setores requisitantes a planejarem previamente suas necessidades, agrupando demandas compatíveis e evitando solicitações impulsivas ou desnecessárias. Isso contribui para melhor gestão de almoxarifado, reposição programada, controle interno e uso racional dos materiais públicos.

4. Economicidade e Otimização dos Recursos Públicos: A concentração de pedidos reduz despesas indiretas relacionadas à operacionalização de múltiplas entregas e minimiza custos administrativos internos. Com isso, a Administração obtém maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, observando os princípios da economicidade e da boa gestão fiscal.

5. Maior Atratividade e Competitividade do Certame: Contratações com dinâmica operacional equilibrada tendem a atrair maior número de fornecedores interessados, pois reduzem riscos de inviabilidade econômica decorrentes de entregas frequentes e de baixo valor. Isso amplia a competitividade do certame e favorece a obtenção de melhores preços e condições comerciais.

6. Continuidade do Abastecimento sem Prejuízo ao Interesse Público: O valor mínimo fixado não compromete o abastecimento dos setores municipais, uma vez que as demandas ordinárias podem ser planejadas e agrupadas. Em situações excepcionais e devidamente justificadas, a Administração poderá adotar as providências cabíveis para preservar a continuidade do serviço público, sempre observando a legalidade e o interesse público.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Com a presente contratação, pretende-se assegurar o abastecimento regular de materiais de consumo necessários ao funcionamento da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG e de suas Secretarias Municipais, garantindo melhores resultados administrativos e operacionais.

Em termos de **eficiência**, busca-se maior agilidade no atendimento das demandas internas, continuidade das atividades públicas, melhor organização dos setores, redução de interrupções por falta de materiais e aprimoramento da produtividade dos servidores municipais.

Quanto à **eficácia**, objetiva-se atender de forma satisfatória e tempestiva as necessidades reais de cada Secretaria, assegurando que os materiais estejam disponíveis no momento adequado, em quantidade suficiente e com qualidade compatível, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados à população.

No aspecto da **economicidade**, pretende-se obter propostas mais vantajosas por meio da ampla competitividade do certame, reduzir custos com compras emergenciais, evitar desperdícios e estoques excessivos, racionalizar o consumo e otimizar a aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, espera-se fortalecer a gestão administrativa municipal, elevar a qualidade dos serviços públicos e assegurar o uso responsável e eficiente do erário.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A celebração do contrato, bem como a sua gestão, execução e fiscalização será amparada na lei 14.133/2021 e nos Decretos Municipais 10.892, de 28 de dezembro de 2023 e Decreto 10.959, de 27 de maio de 2024.

A fiscalização da execução do contrato e dos serviços prestados será realizada por servidor designado pela Portaria nº 01/2026, providenciando as anotações, em registro próprio, das ocorrências relacionadas com a sua execução e gestão, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados.

Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o mesmo será submetido à aprovação pela autoridade competente e caso aprovado o Termo de Referência será elaborado e será realizada a Licitação por meio de Pregão Eletrônico, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP).

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade adequadas ao objeto, devendo ser observadas, ainda, o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que for aplicável.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

As informações levantadas neste Estudo Técnico Preliminar demonstram que a contratação pretendida é tecnicamente possível, administrativamente necessária e compatível com o interesse público. Os materiais de consumo são essenciais para assegurar o regular funcionamento da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG e de suas Secretarias, garantindo a continuidade das atividades administrativas, operacionais e dos serviços prestados à população. Diante disso, conclui-se pela viabilidade da aquisição por meio de licitação no Sistema de Registro de Preços – SRP, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item, por se tratar da solução mais adequada e vantajosa para a Administração. O modelo permite aquisições parceladas conforme a demanda, melhor controle de estoque, redução de custos administrativos, maior competitividade entre fornecedores, economicidade na aplicação dos recursos públicos e menor risco de desabastecimento. Assim, a contratação mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional e financeiro, sendo medida necessária para garantir eficiência administrativa e continuidade dos serviços públicos municipais.

Abadia dos Dourados, 14 de abril de 2026.

Elaborado por: _____

Fernanda Cristina Silva Oliveira Matrícula: 1825

Servidora responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar pela Portaria nº 01/2026

Aprovado por: _____

Paulo Henrique Gonçalves de Melo

Secretário Municipal de Serviços Urbanos.